tivamente, por D. Albina Pinac e D. Guilhermina do Jesus Soares, com os encargos a que estão sujeitos pela respectiva disposição testamentária.

Paços do Governo da República, 8 de Maio de 1918.—
O Ministro do Interior, *Henrique Forbes de Bessa*.

Portaria n.º 1:352

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, autorizar, como requereu, a mesa administrativa da Misericórdia de Viana do Castelo a aceitar o legado de uma inscrição de cupão da dívida interna do valor de 1.000\$, que lhe deixou o bemfeitor Joaquim da Costa, com o encargo a que está sujeito pela respectiva disposição testamentária.

Paços do Governo da República, 8 de Maio de 1918.—
O Ministro do Interior, *Henrique Forbes de Bessa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

1.ª Repartição

Decreto n.º 4:237

Desejando os banqueiros de Lisboa em seguida designados emitir também as guias-puro de que tratam os artigos 2.º e 3.º do decreto n.º 4:133, de 18 de Abril findo: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, determinar que se torne extensiva aos referidos banqueiros a faculdade concedida a outras firmas de Lisboa e Pôrto pelo decreto n.º 4:184, de 27 do citado mês:

Fonsecas, Santos & Viana.
Henry Burnay & C.^a
Joaquim Pinto Leite, Filho & C.^a
José Augusto Dias, Filho & C.^a
José Henriques Tota & C.^a
Pinto & Sotto Mayor.

O Ministro das Finanças o faça publicar.— Paços do Governo da República. 8 de Maio de 1918.—SIDÓNIO PAIS — *Francisco Xavier Esteves*.

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

2.ª Repartição

Decreto n.º 4:238

Considerando que o direito de encarte, sucedâneo do antigo imposto de direitos de mercê, é um imposto de sua natureza em desacôrdo com as actuais teorias do imposto;

Considerando que o ónus de 10 por cento imposto aos pequenos ordenados dos funcionários que começam a sua carreira é demasiadamente pesado;

Considerando que a cobrança e fiscalização do direito de encarte constitui um serviço complicado e por vezes vexatório para os funcionários que têm de pagar o imposto, obrigando-os a munirem-se de documentos necessários à passagem da verba declaratória, documentos que nem sempre são obtidos a tempo de evitar os descontos de quantias que esses contribuintes já não devem;

Considerando que daí resulta a concessão de restituições, acarretando para as Repartições serviços improfi-cuos;

Considerando que o Governo da República Portuguesa deve simplificar os serviços públicos de modo a aproveitar com devida economia o trabalho dos seus funcionários;

Considerando que os funcionários que já pagaram di-

reito de encarte, os antigos direitos de mercê, emolumentos de Secretarias de Estado e selos dos diplomas não devem ser obrigados a uma duplicação de imposto;

Considerando que o imposto deve ser quanto possível uniforme e não há conveniência em o funcionário estar sujeito a direito de encarte e imposto de rendimento ou contribuição industrial;

Considerando que o aumento de 5 por cento nas taxas desses impostos é o bastante para compensar a receita proveniente do direito de encarte sem agravar as condições do funcionário, que receberá um juro igual à importância a que fica obrigado, e em relação às quantias em que se encontra encartado:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica extinto o direito de encarte, criado por lei n.º n.º 6, de 5 de Julho de 1913.

Art. 2.º As taxas do imposto de rendimento dos funcionários civis, fixadas pela carta de lei de 9 de Setembro de 1908 sobre os vencimentos dos empregados públicos, de corpos e corporações administrativas, misericórdias, hospitais e outros estabelecimentos públicos subordinados à direcção ou inspecção administrativa do Governo; pensões e outras remunerações de qualquer natureza pagas directamente pelo Estado ou pelos corpos e corporações administrativas, ficam por este decreto fixadas:

a) Em 5 por cento para os rendimentos de 360\$ inclusive a 600\$ também inclusive;

b) Em 7 1/2 por cento para os rendimentos de mais de 600\$ a 700\$ inclusive;

c) Em 10 por cento para os rendimentos de mais de 700\$ a 1.000\$ inclusive;

d) Em 12 1/2 por cento para os rendimentos de mais de 1.000\$ a 1.500\$ inclusive;

e) Em 15 por cento para os rendimentos de mais de 1.500\$.

§ único. Por virtude da aplicação das taxas fixadas neste artigo os vencimentos iguais ou superiores a 600\$, 700\$, 1.000\$ e 1.500\$ não podem ficar reduzidos, respectivamente, a menos de 570\$, 648\$, 900\$ e 1.313\$ líquidos deste imposto.

Art. 3.º As taxas da contribuição industrial sobre os emolumentos dos funcionários públicos, a que se refere o § 2.º do artigo 31.º do regulamento de 16 de Julho de 1896 e tabela A da lei de 31 de Março do mesmo ano, são fixadas, respectivamente, em 20 por cento, 12 1/2 por cento e 10 cento.

Art. 4.º São responsáveis, nos termos do artigo 210.º e seus parágrafos do regulamento do imposto do selo de 9 de Agosto de 1902, pelas importâncias do imposto de rendimento que deixarem de ser descontadas, e respectiva multa, o chefe da repartição ou qualquer outra entidade que assinar a folha dos vencimentos sujeitos a este imposto.

Art. 5.º São igualmente responsáveis, nos termos do mesmo artigo do regulamento do imposto do selo, pelas importâncias do imposto de rendimento, e respectiva multa, os tesoureiros dos corpos e corporações administrativas e demais estabelecimentos ou institutos sujeitos à direcção ou inspecção administrativa do Estado e em geral todas as pessoas ou entidades, fora da acção directa do Ministério das Finanças, a quem incumba pagar vencimentos sujeitos ao imposto de rendimento, so não entregarem, mediante guia, na tesouraria da Fazenda Pública do concelho ou bairro da sua repartição, até dez dias, contados da data em que der entrada na tesouraria a ordem ou mandado de pagamento, a importância total do imposto descontado na respectiva folha.

Art. 6.º É da competência da Direcção Geral das Contribuições e Impostos a fiscalização do imposto de rendi-